



**Ministério Público de Contas**  
— Mato Grosso —

# **TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Alisson Carvalho de Alencar**  
Procurador de Contas



**Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso**

# **Introdução: reflexões**

**Qual o significado de transparência?**

**É o que deixa passar a luz e ver nitidamente o que  
está atrás.**

**Sinceridade!**

**Qual a origem da palavra sincera?**



**Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso**

**Por que os agentes públicos devem ser transparentes?**

- República democrática: obrigação!**
- Não somente por isso, mas sim porque sinceridade gera:**

**Aproximação da sociedade → confiança**

**Eficiência, efetividade.**



**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

## **Desenvolvimento: Transparência e Direito de acesso à informação**

### **Diretrizes internacionais**

#### **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003)**

Tendo em conta a necessidade de combater a corrupção, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, adotará medidas que sejam necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública, inclusive no relativo a sua organização, funcionamento e processos de adoção de decisões.



**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

# **Desenvolvimento: Transparência e Direito de acesso à informação**

## **Diretrizes internacionais**

### **Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão, item 4**

“O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas.”



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **Norma Constitucional: direito fundamental ao acesso à informação**

Todos têm **direito** a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de **responsabilidade**, ressalvadas aquelas cujo **sigilo** seja imprescindível à **segurança** da sociedade e do Estado (CF, art. 5º, XXXIII)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# Direito à Informação

Via de mão dupla

**direito** do cidadão = **dever** do Estado



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# Transparência

## Princípio da Publicidade → Princípio da Transparência

Enquanto a **publicidade** ocorre com a disponibilização da informação em meio de acesso público, a **transparência** só é observada quando a informação é de acesso amplo e compreensível por todos.

→ **visibilidade + inferabilidade**





**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

# **Lei de Acesso à Informação - LAI** (Lei nº 12.527/2011)





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## DIRETRIZES DA LAI

- a) Regulamenta o direito fundamental de acesso à informação pública no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- b) Abrange todas as entidades e órgãos do Poder Público, inclusive pessoas jurídicas de direito privado que recebam recursos públicos
- c) Determina que a **regra é a** publicidade; o sigilo, a exceção;
- d) Prioriza a transparência ativa: divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;





## Diretrizes da LAI

- e) fomento ao desenvolvimento da **cultura da transparência** na administração pública e do controle social;
- f) elenca o conteúdo mínimo das informações a serem divulgadas;
- g) obriga a atualização constante e permanente das informações disponibilizadas;
- h) exige a disponibilização de informações de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# TRANSPARÊNCIA ATIVA

**Conceito:** divulgação de ofício, inclusive pela internet.

**“Portal Transparência” → PDI**





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# TRANSPARÊNCIA ATIVA

→ Informações de interesse público e coletivo, no mínimo:

- Competência e estrutura organizacional;
- Telefones, endereços e horários de atendimento;
- Despesas e receitas – contemplado pela LC 131/09;
- Transferências e repasses de recursos financeiros;
- Procedimentos licitatórios e contratos;
- Dados para acompanhamento de programas e ações;
- Perguntas e respostas mais frequentes da sociedade.





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# TRANSPARÊNCIA ATIVA

## Câmaras Municipais

→ As Câmaras municipais devem, por exemplo, informar (Anexo III do Guia de Implementação da LAI):

- Número de membros;
- Composição da mesa diretora;
- Sessões Plenárias – calendário, pautas e atas, planilha de votação;
- Audiência pública – calendário, pautas e atas;
- Composição das Comissões e calendários das reuniões e respectivas pautas;
- Fluxograma da tramitação de projetos;





**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

- Projetos por parlamentar;
- Atos da mesa;
- Atos da Presidência;
- Lista da presença dos parlamentares nas Sessões e reuniões das Comissões;
- Legislação atualizada e consolidada;
- Acesso ao Diário Oficial (link).





**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

# **Dúvida: Remuneração**

STF: há obrigação de disponibilização, destacando:

- a) nome do servidor;
- b) cargo/função;
- c) lotação;
- d) valor bruto e líquido.







# Ministério Público de Contas Mato Grosso

## STF: exemplo!

<b>Servidores Ativos</b>   Servidores Inativos e Pensionistas   Ministros Ativos   Ministros Inativos   Juízes				
Exibir <input type="text" value="25"/> registros <span>Pesquisar: <input type="text"/></span>				
Nome	Cargo	FC/CJ	Bruto (R\$)	Líquido (R\$)
ADAUTO CIDREIRA NETO	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	16.483,60	11.130,34
ADILSON JOSÉ VIAPIANA	TÉCNICO JUDICIÁRIO		6.666,36	5.102,11
ADRIANA ARAGÃO CRAVEIRO		FC-06	4.874,34	3.644,48
ADRIANA AUGUSTA DA SILVA LUCENA	ANALISTA JUDICIÁRIO		10.450,66	7.636,86
ADRIANA CRISTINA FERREIRA ANTUNES DE OLIVEIRA	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-1	20.017,15	12.664,95
ADRIANA DE MELO LUCAS	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	17.030,52	12.304,10
ADRIANA LEINEKER COSTA		CJ-3	6.729,14	5.499,13
ADRIANA RODRIGUES PORTELA NUNES	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	14.506,22	10.828,50
ADRIANE DA ROCHA CALLADO HENRIQUES	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-3	26.545,33	17.212,56
ADRIANO ROGÉRIO PAMPLONA GOMIDE	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	9.336,94	7.226,47
AÉCIO FURTADO DE ALMEIDA	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	22.788,21	9.735,01
AEDA VALLE CAVALCANTE	TÉCNICO JUDICIÁRIO		6.811,58	5.252,61
AERTON SANDRO DOS SANTOS CARVALHO	TÉCNICO JUDICIÁRIO		6.739,44	3.421,07



[▶ ASSISTA A TRANSMISSÃO DA SESSÃO PLENÁRIA AO VIVO](#)

**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso  
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

 [Navegue por aqui!](#)[Pesquisas e Serviços ▾](#)[Espaço do Cidadão ▾](#)[Espaço do Fiscalizado ▾](#)[Portal Transparência/SIC ▾](#)[PDI](#)

## DESTAQUES



[TCE-MT institui o Dia da  
Excelência em Gestão Pública](#)



**V Encontro Técnico de  
GESTÃO DE PESSOAS**  
dos Tribunais de Contas do Brasil



[Palestra aborda função do  
Controle Externo dias 25 e  
26.09 em Cuiabá e Cáceres](#)



[Vereadores de MT serão  
capacitados sobre o novo  
Plano Plurianual \(PPA\)](#)



[Auditor Fiscal fala sobre  
Tributação e proteção  
jurídica do Meio Ambiente](#)

## Portal Transparência

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO

DESDE  
2007

### Palavra do Presidente [\[ocultar\]](#)



apresentados, mas também vai auxiliar os fiscalizados na implantação dos sistemas de transparência ativa e passiva.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso inaugura em 25 de junho de 2012 a segunda versão do Portal Transparência na sua página oficial na Internet. Já plenamente adaptado às novas exigências da Lei nº 12.527/11, que garante a todo cidadão o pleno acesso às informações sob domínio do poder público.

A primeira versão do Portal Transparência, lançada pioneiramente no Estado em 26 de março de 2007, já trazia aquilo que a Lei de Acesso à Informação recomenda enquanto transparência ativa, com a divulgação do lotacionograma com os respectivos cargos e salários, as licitações, contratos, convênios e demais despesas do órgão.

A este novo Portal Transparência foi acrescido o preceito legal da transparência passiva, com a introdução do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e do tutorial contendo perguntas e respostas frequentes, com indicação de onde encontrar as informações mais solicitadas.

O TCE-MT não só é cumpridor das determinações da Lei nº 12.527/11, garantindo absoluta transparência sobre a sua gestão, como vai ser o guardião da consolidação deste mecanismo legal junto aos seus fiscalizados nas esferas estadual e municipal. O Tribunal irá cobrar a satisfação dos gestores públicos aos requerimentos de informação

### Como Consultar:



Escolha o assunto



Escolha a opção



Visualize ou baixe  
a publicação

### Consulta por assunto:

Pesquisar

### **FROTA**

Relação da frota pertencente ao  
TCE/MT

### **LEI 12.527/2011**

Informações sobre a Lei de  
Acesso à Informação

### **GESTÃO DE PESSOAS**

Organograma, lotacionograma,  
salários, PCCS, etc.

### **CÓDIGO DE ÉTICA**

Informações sobre o código de  
ética do Tribunal de Contas

### **LRF**

Publicações dos anexos da Lei de  
Responsabilidade Fiscal

### **DESPESAS**

Informações sobre as despesas  
do Tribunal de Contas

### **FUNDECONTAS**

Informações sobre o  
FUNDECONTAS

### **LICITAÇÕES**

Informações sobre todas as  
licitações do Tribunal de Contas

### **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Todos os contratos administrativos e  
congêneres do Tribunal de Contas

### **CONVÊNIOS**

Todos os convênios firmados pelo  
TCE/MT

### **PLANEJAMENTO ESTRATEGICO**

Informações sobre o planejamento  
estratégico do Tribunal de Contas

### **PLANEJAMENTO**

Informações sobre o PPA, LDO e  
LOA do Tribunal de Contas

### **LEGISLAÇÃO**

Leis, decretos, portarias, etc



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# TRANSPARÊNCIA PASSIVA

- Divulgação de informações sob demanda
- Necessidade de criação de **serviço de informações ao cidadão** através da instituição de ouvidorias
- Atender e orientar o público sobre o acesso
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso
- Informar sobre a tramitação de documentos





# SIC – TC



# EXEMPLO





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# TRANSPARÊNCIA PASSIVA

## Procedimento

PEDIDO



- O pedido não precisa ser motivado, apenas conter a identificação do requerente e especificação da informação;
- Serviço de busca e fornecimento das informações é gratuito, salvo cópias de documentos;







**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

# **Negação de acesso à informação**

## **Requisitos cumuláveis!**

- Deve ser motivada
- Deve ser indicada a autoridade que classificou a informação
- Deve ser informado ao requerente sobre a possibilidade, prazos e condições para a interposição de recurso
- Deve ser informado também a autoridade/órgão competente para a apreciação do recurso.





**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

## **Mapa da negativa no Poder Executivo Federal (05.2012 – 05.2014) – fonte CGU**

### **MOTIVOS DE NEGATIVA DE ACESSO**

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Dados pessoais	7626	41,3%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	2508	13,6%
Pedido genérico	2482	13,4%
Pedido incompreensível	1972	10,7%
Pedido exige tratamento adicional de dados	1500	8,1%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1034	5,6%
Processo decisório em curso	808	4,4%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	547	3,0%
<b>TOTAL:</b>	<b>18477</b>	<b>100,0%</b>





# **DIREITO DE RECURSO**

- O requerente deve ser informado sobre a possibilidade, os prazos e as condições para a interposição de recurso;
- É direito do requerente obter o inteiro teor da decisão negativa de acesso;
- Recurso administrativo à autoridade superior a que proferiu a decisão impugnada.





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# RESPONSABILIDADE

- Se a LAI for descumprida, sujeita o agente público à responsabilização **administrativa** (disciplinar), **cível** (improbidade administrativa) e no âmbito do **controle externo** (irregularidade moderada ou grave – Res. Normativa TCE/MT 40/2013).





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## TCE/MT: Guia de implementação

No exercício de suas funções de controle e orientação, o **TCE/MT** publicou a **Resolução Normativa nº 25/2012**, aprovando o “**Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios**”, e recomendando aos seus jurisdicionados a implementação da Lei de Acesso à Informação, mediante ato normativo formal, nos termos apresentados no referido Guia.





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso



Em 2013, a Rede de Controle da Gestão Pública em Mato Grosso publicou a cartilha “Manual de Cumprimento da Lei de Acesso à Informação”, contendo um extenso rol de dados e informações que devem ser divulgados na internet por todos os órgãos e entidades públicas, independentemente de solicitação (transparência ativa).



# Auditoria Operacional: LAI

ACESSO À INFORMAÇÃO

## Auditoria do TCE-MT analisa aplicação da Lei de Acesso à Informação em 30 municípios de MT



Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antonio Joaquim

O Tribunal de Contas de Mato Grosso deve concluir, em fevereiro, uma auditoria nos 30 maiores municípios do estado sobre a aplicação da [Lei de Acesso à Informação](#). O anúncio foi feito pelo presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, durante entrevista à Rádio CBN, nesta quarta-feira (27.01).

De acordo com o conselheiro, a Lei nº 12.527/2011 não é executada em sua integridade por nenhum dos municípios analisados. "Precisamos encontrar um mecanismo para que possa ser executada a Lei de Acesso à Informação, um caminho junto com o gestor e definir um prazo definitivo. A partir daí, nós vamos tomar as medidas de

penalização, tanto de ações de improbidade, como multas e todas as que são previstas. Não se pode abrir mão da LAI, porque ela garante o acesso à informação e o cumprimento da cidadania", afirmou. "A auditoria será objeto de convocação dos prefeitos e do Estado para a definição dos prazos e adequações à Lei".



**"Precisamos encontrar um mecanismo para que possa ser executada a Lei de Acesso à Informação, um caminho junto com o gestor e definir um prazo**

Para o presidente, essa e outras medidas fazem parte de uma mudança de perspectiva dos trabalhos do Tribunal de Contas. "Vamos garantir mais agilidade e colocaremos o foco em pontos que influem diretamente na vida dos cidadãos mato-grossenses", informou.

# Auditoria Operacional: LAI

**Tabela 1 – Relação dos 30 maiores municípios de Mato Grosso (amostra)**

Posição	Município	População	Posição	Município	População
1	Cuiabá	575.480	16	Juara	33.353
2	Várzea Grande	265.775	17	Guarantã do Norte	33.326
3	Rondonópolis	211.718	18	Barra do Bugres	33.022
4	Sinop	126.817	19	Peixoto de Azevedo	32.464
5	Tangará da Serra	92.298	20	Poconé	32.053
6	Cáceres	90.106	21	Colíder	31.515
7	Sorriso	77.735	22	Campo Novo do Parecis	31.171
8	Barra do Garças	58.099	23	Colniza	26.390
9	Primavera do Leste	56.450	24	Jaciara	25.666
10	Lucas do Rio Verde	55.094	25	Mirassol d'Oeste	25.331
11	Alta Floresta	49.877	26	Confresa	25.127
12	Pontes e Lacerda	42.605	27	Vila Rica	23.057
13	Juína	39.592	28	Água Boa	20.844
14	Nova Mutum	36.659	29	Diamantino	20.420
15	Campo Verde	35.578	30	Nova Xavantina	19.475
<b>Total 1</b>		<b>1.813.883</b>	<b>Total 2</b>		<b>413.214</b>

Fonte: Censo Popacional de 2010.

População total da amostra (1 + 2)	2.227.097
População do estado em 2010	3.033.991
<b>% de representatividade da amostra em relação à população do estado</b>	<b>73,40%</b>
% de representatividade da amostra considerando somente os municípios de MT com mais de 10 mil habitantes	78,62%



# Auditoria Operacional: LAI PREFEITURAS

**Tabela 2 – Classificação dos portais de transparência da amostra**

Ordem de classificação	Prefeitura Municipal de:	Nº de itens cumpridos	Total cumprido em (%)	Ordem de classificação	Prefeitura Municipal de:	Nº de itens cumpridos	Total cumprido em (%)
1	Lucas do Rio Verde	39	81,25%	16	Cáceres	20	41,67%
2	Primavera do Leste	37	77,08%	17	Alta Floresta	20	41,67%
3	Cuiabá	35	72,92%	18	Pontes e Lacerda	20	41,67%
4	Várzea Grande	32	66,67%	19	Colniza	19	39,58%
5	Sorriso	31	64,58%	20	Jaciara	19	39,58%
6	Sinop	28	58,33%	21	Água Boa	19	39,58%
7	Colíder	28	58,33%	22	Campo Verde	18	37,50%
8	Juína	26	54,17%	23	Juara	15	31,25%
9	Diamantino	26	54,17%	24	Rondonópolis	14	29,17%
10	Campo Novo do Parecis	25	52,08%	25	Barra do Garças	12	25,00%
11	Confresa	25	52,08%	26	Poconé	12	25,00%
12	Nova Xavantina	25	52,08%	27	Mirassol d'Oeste	12	25,00%
13	Tangará da Serra	23	47,92%	28	Nova Mutum	10	20,83%
14	Barra do Bugres	23	47,92%	29	Peixoto de Azevedo	5	10,42%
15	Vila Rica	23	47,92%	30	Guarantã do Norte*	0	0,00%

Fonte: equipe de auditoria, após elaboração do Anexo I e II.

\* Site oficial e portal da transparência não disponíveis nos períodos de coleta e validação de dados.

# Auditoria Operacional: LAI - CÂMARAS

**Tabela 2 – Classificação dos portais de transparência da amostra**

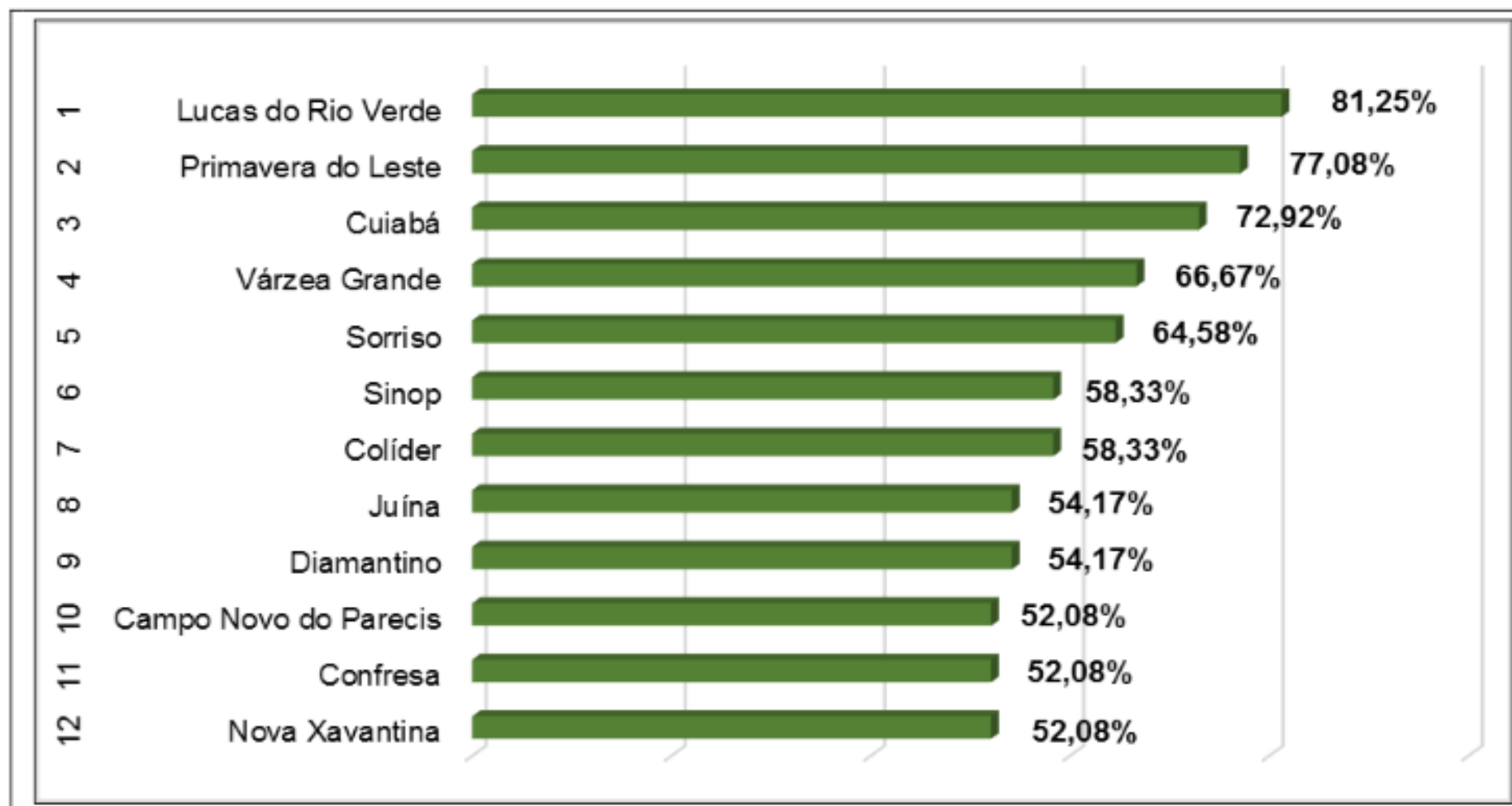
Ordem de classificação	Câmara Municipal de:	Nº de itens cumpridos	Total cumprido em (%)	Ordem de classificação	Câmara Municipal de:	Nº de itens cumpridos	Total cumprido em (%)
1	Sinop	44	84,62%	16	Confresa	22	42,31%
2	Rondonópolis	42	80,77%	17	Barra do Garças	19	36,54%
3	Campo Novo do Parecis	40	76,92%	18	Colniza	19	36,54%
4	Sorriso	34	65,38%	19	Vila Rica	19	36,54%
5	Jaciara	34	65,38%	20	Cáceres	18	34,62%
6	Poconé	33	63,46%	21	Alta Floresta	18	34,62%
7	Juína	30	57,69%	22	Nova Xavantina	17	32,69%
8	Pontes e Lacerda	29	55,77%	23	Nova Mutum	15	28,85%
9	Colíder	29	55,77%	24	Juara	14	26,92%
10	Diamantino	29	55,77%	25	Várzea Grande	13	25,00%
11	Água Boa	28	53,85%	26	Barra do Bugres	13	25,00%
12	Lucas do Rio Verde	25	48,08%	27	Mirassol d'Oeste	13	25,00%
13	Campo Verde	24	46,15%	28	Primavera do Leste	11	21,15%
14	Cuiabá	23	44,23%	29	Guarantã do Norte	8	15,38%
15	Tangará da Serra	23	44,23%	30	Peixoto de Azevedo*	0	-

Fonte: equipe de auditoria, após elaboração do Anexo I e II.

\* Site oficial e portal da transparência não disponíveis nos períodos de coleta e validação de dados.

# Auditoria Operacional: LAI - PREFEITURAS

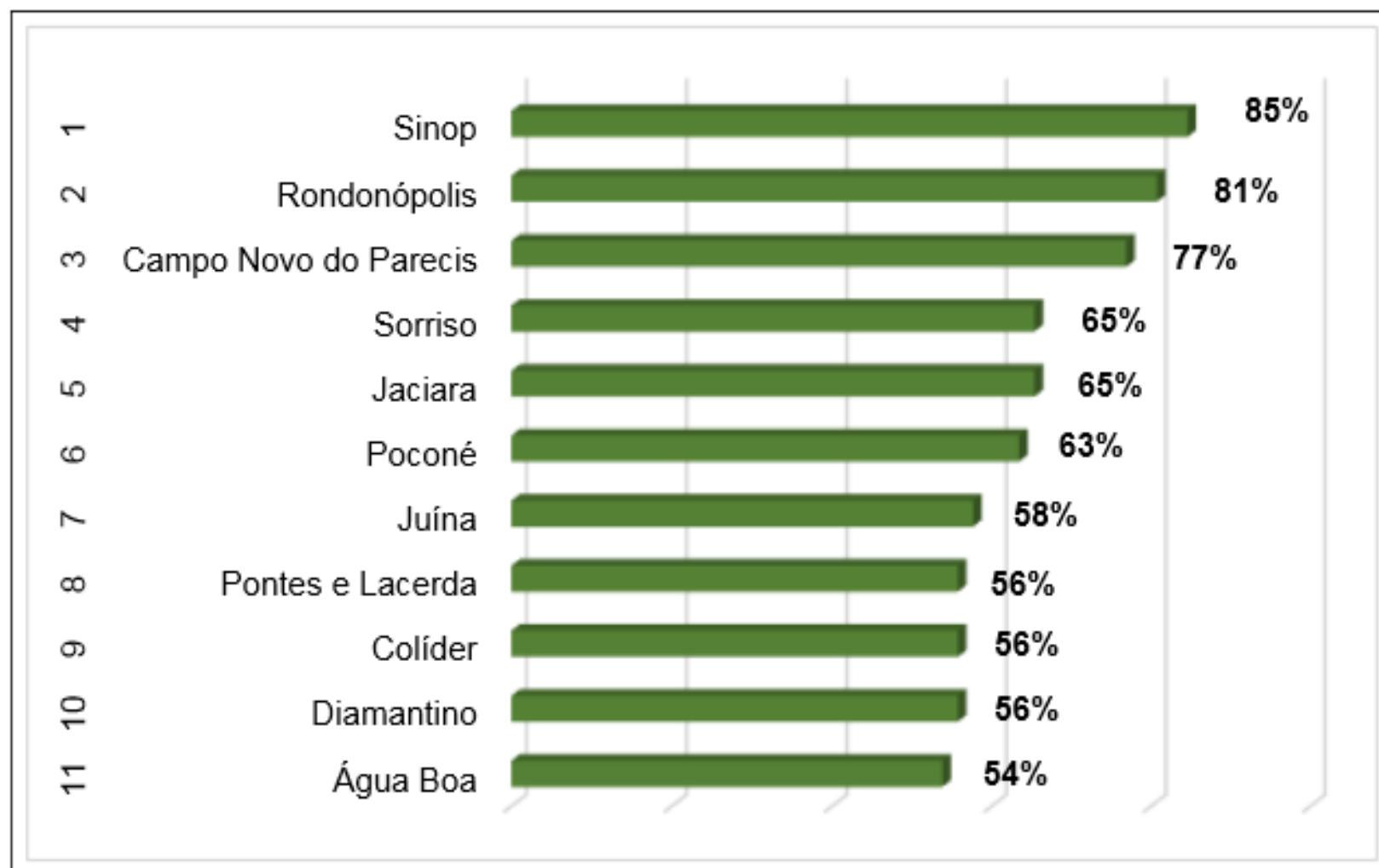
**Gráfico 2 – Relação das prefeituras que cumpriram 50% ou mais dos quesitos avaliados**



Fonte: equipe de auditoria, após elaboração dos Anexos I e II.

## Auditoria Operacional: LAI - CÂMARAS

**Gráfico 2 – Relação das câmaras que cumpriram 50% ou mais dos quesitos avaliados**



Fonte: equipe de auditoria, após elaboração dos Anexos I e II.


## ACESSO À INFORMAÇÃO

### Prefeituras e Câmaras de 30 municípios assinarão TAG da transparência com TCE



Presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim anunciou a assinatura do TAG com prefeituras e câmaras de Mato Grosso, a solenidade acontece no dia 14 de abril

No próximo dia 14 de abril, quinta-feira, as Prefeituras e Câmaras Municipais dos 30 maiores municípios do Estado assinarão Termo de Ajustamento de Gestão com o Tribunal de Contas de Mato Grosso. Os TAGs têm como objetivo conceder 12 meses para que os gestores façam as adequações nos portais de transparências, conforme as exigências da

 [Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação](#). Existente desde 2011, a LAI não vem sendo cumprida na sua totalidade e, conforme auditoria especial realizada pelo TCE, em 2015, a maioria dos municípios analisados mantém portais desatualizados e fora dos padrões exigidos pela legislação.

De acordo com o artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do artigo 47, inciso X, da Constituição Estadual de Mato Grosso, compete ao Tribunal de Contas de Mato Grosso estabelecer prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias para o cumprimento da lei. Os TAGs são previstos pela Resolução Normativa nº 01/2013 do TCE-MT, no qual são acordados as condições e prazos para que sejam estabelecidas as normas legais.

Entre as ações e programas que devem ser incluídos nos portais transparências e que constam nos TAGs estão: divulgação das peças orçamentárias e as informações relativas à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações; gravações dos relatórios de receita em formatos editáveis tais como planilhas eletrônicas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.

No caso das despesas, os órgãos públicos devem divulgar os relatórios de despesa, por credor, de modo a permitir a consulta por CNPJ/CPF, nome ou parte do nome do credor, identificação do bem fornecido ou serviço prestado relativo a cada despesa; permitir que possam ser gravados os relatórios de despesa tais como planilhas eletrônicas e texto. Esses dados devem ser atualizados, mensalmente, no máximo até o final do mês subsequente à geração das despesas.



# TAGs - LAI

- IV. Divulgar a remuneração detalhada recebida por ocupante de cargo e/ou função pública, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons, verbas indenizatórias e outros valores pagos a qualquer título;
- V. Apresentar a relação mensal das diárias pagas, detalhando, no mínimo, o nome do beneficiário, motivos, quantidade, valores e datas do pagamento;
- VI. Disponibilizar as informações dos concursos e processos seletivos, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações e resultados de provas, até os atos de nomeações;
- VII. Divulgar a relação dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente;
- VIII. Divulgar a relação dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente;
- IX. Disponibilizar ferramenta de pesquisa, com permissão para consulta por CPF, nome ou parte do nome do servidor, de forma direta, sem a necessidade de realizar *download* dos arquivos, a exemplo do Poder Executivo Federal;
- X. Permitir a gravação dos relatórios de recursos humanos em formatos editáveis, tais como planilhas eletrônicas e texto, de modo a facilitar a análise das informações pelo cidadão;
- XI. Atualizar mensalmente as informações de recursos humanos, até no máximo o final do mês subsequente à geração dos dados.

## 3.8. Dos serviços e atividades do Legislativo

- I. Divulgar o calendário, as pautas, as atas e as planilhas de votação das deliberações das sessões plenárias;
- II. Divulgar os projetos de lei por parlamentar;
- III. Divulgar a lista de presença dos parlamentares nas sessões e reuniões das comissões;

- IV. Divulgar a composição das comissões, acompanhado dos calendários e pautas das reuniões;
- V. Divulgar o calendário, as pautas e as atas das audiências públicas;
- VI. Apresentar o *link* com acesso ao Diário Oficial utilizado pela câmara.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. Após a homologação deste Termo de Ajustamento de Gestão pelo Tribunal Pleno do TCE-MT e a sua publicação no Diário Oficial de Contas, a COMPROMISSÁRIA deverá cumprir com os compromissos acordados **no prazo de até 12 MESES**.

## CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO

5.1. O Tribunal de Contas do Mato Grosso exercerá o monitoramento da execução do Termo de Ajustamento de Gestão, nos termos previstos no artigo 238-C da Resolução Normativa 14/2007.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. O não cumprimento das exigências descritas neste TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO acarretará as seguintes medidas:

6.1.1. Rescisão unilateral do TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO por parte dos COMPROMITENTES, nos termos do art. 238-H, II, da Resolução Normativa 14/2007.

6.1.2. Nos termos do art. 238-B, § 5º da Resolução Normativa 14/2007, no caso de rescisão do Termo de Ajustamento de Gestão, serão cabíveis cumulativamente aos gestores responsáveis as sanções de multa de até 1.000 UPFs-MT, determinação de restituição de valores, declaração de inidoneidade, inabilitação para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança.

6.1.3. O descumprimento do Termo de Ajustamento de Gestão configura irregularidade de natureza gravíssima, ensejadora de julgamento irregular das contas anuais da



**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

## Parceria para Governo Aberto - OGP (Open Government Partnership)



**Ministério Público  
de Contas**  
Mato Grosso

**Alisson Carvalho de Alencar**  
**Procurador de Contas**

**acalencar@tce.mt.gov.br**  
**65 36137619**